

Secretaria da Fazenda
Governo do Estado do Piauí

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº 036/2016, QUE FAZEM ENTRE SI
O ESTADO DO PIAUÍ, POR INTERMÉDIO DA
SECRETARIA DA FAZENDA E A EMPRESA INTELIT
PROCESSOS INTELIGENTES LTDA**

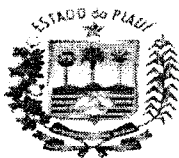
O ESTADO DO PIAUÍ, Secretaria da Fazenda – Lei nº 5.429, de 29/12/2004, inscrita no CNPJ sob o nº 06.553.556/0001-91, com sede na Avenida Pedro Freitas, s/nº, Centro Administrativo, Bloco “A”, em Teresina – PI, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada por seu Secretário, Senhor Rafael Tajra Fonteles, Identidade nº 2.229.032 SSS PI e CPF nº 992.368.423-72, residente e domiciliado nesta capital e a empresa Intelit Processos Inteligentes LTDA, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob o número 10.682.187/0001-04, com sede na SCRS 514 BL C Entrada 49 Sobreloja Asa Sul Brasília (DF), neste ato representado pelo Senhor Carlos Jacobino Lima, CPF nº 899.412.251-68, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Contrato, sob a forma de execução indireta, tendo em vista o que consta no Processo nº 0066.000.06575/2015-4, e em observância às normas constantes na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; no Decreto nº. 3.555, de 08 de agosto de 2000; no Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005; no Decreto nº. 5.504, de agosto de 2005; no Decreto nº. 6.204, de 05 de setembro de 2007; no Decreto nº. 7.892, de 23 de janeiro de 2013; na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008; aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei 8.666 de 21 de Junho de 1993, com suas alterações e legislação correlata, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de Apoio ao Gerenciamento de Projetos, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência e anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:



Secretaria da Fazenda
Governo do Estado do Piauí

Item	Prestador do Serviço: INELIT PROCESSOS INTELIGENTES LTDA			
1	Apoio ao Gerenciamento de Processos	UST	Valor Unitário	Valor Total
		23.660	R\$71,30	R\$1.686.958,00

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, conforme fixado no Edital, podendo ser prorrogado por interesse da CONTRATANTE até o limite de 60 (sessenta) meses.

2.1.1. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total da contratação é de R\$1.686.958,00 (um milhão, seiscentos e oitenta e seis mil, novecentos e cinquenta e oito reais)

3.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

3.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Fundo de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Administração Tributária – FUNDAT/Secretaria da Fazenda – Lei nº 5.429, de 29/12/2004 para o exercício



Secretaria da Fazenda
Governo do Estado do Piauí

de 2016, na classificação abaixo:

Fonte: 0117000000

Classificação Funcional: 13116.04122902.008

Elemento de Despesa: 44903501

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

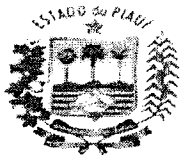
5.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.

5.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.

5.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a



Secretaria da Fazenda
Governo do Estado do Piauí

Contratante.

5.6. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.6.1. não produziu os resultados acordados;

5.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

5.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.



Secretaria da Fazenda

Governo do Estado do Piauí

5.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.13. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

5.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.14.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = I = (TX)$$

$$I = I = \frac{(6/100)}{365}$$

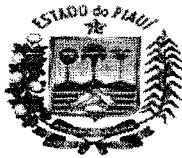
$$I = I = 0,00016438$$

T TX = Percentual da taxa

anual = 6%.

CLÁUSULA SEXTA- REAJUSTE

6.1. O preço consignado no Contrato será corrigido anualmente, observado o



Secretaria da Fazenda
Governo do Estado do Piauí

interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (INPC) ou outro que venha a substituí-lo para o cálculo do reajuste, tomando-se como índice inicial vigente no mês da apresentação da proposta e o índice final vigente no mês do reajuste devido.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ 84.347,90 (oitenta e quatro mil trezentos e quarenta e sete reais e noventa centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) de seu valor total, no prazo de 10 (dez) dias, observadas as condições previstas no Edital.

CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. A tabela seguinte apresenta o prazo máximo de execução para cada etapa:

PRAZO	AÇÕES A SEREM TOMADAS	RESPONSÁVEIS
-----	Assinatura do Contrato.	CONTRATANTE e CONTRATADA
5 (cinco) dias após assinatura do Contrato	Reunião Inicial: - A CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA o status inicial dos projetos, a fim de subsidiar o diagnóstico a ser realizado pela CONTRATADA. - Apresentação formal do Gestor do contrato e do Preposto da CONTRATADA.	CONTRATANTE e CONTRATADA
Até 30 (trinta) dias após a Reunião Inicial	Entrega dos currículos e respectivas comprovações dos profissionais que integrarão a equipe e apresentação do sistema de monitoramento e controle de	CONTRATADA



Secretaria da Fazenda
Governo do Estado do Piauí

	Ordens de Serviços	
5 (cinco) dias após a entrega dos currículos	Validação das documentações comprobatórias relativas às qualificações técnicas profissionais apresentadas pela CONTRATADA. Em caso de rejeição de algum currículo, a CONTRATADA terá o prazo de até 5 dias úteis para sanar os vícios apontados ou apresentar novo perfil, não impactando no início oficial da prestação do serviço.	CONTRATANTE e CONTRATADA
Até 45 (quarenta e cinco) dias após a assinatura do Contrato	<ul style="list-style-type: none">- Assinatura do Termo de Confidencialidade- Início oficial da prestação de serviços.	CONTRATADA

8.2. Salienta-se que os prazos mencionados acima serão contados em dias corridos.

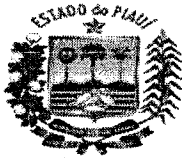
CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no Edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

b) Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

c) Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e



Secretaria da Fazenda
Governo do Estado do Piauí

identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

- d) Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão ao órgão para a execução do serviço;
- e) Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- f) Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;
- g) Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- h) Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- i) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- j) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- k) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- l) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da li- citação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos



Secretaria da Fazenda
Governo do Estado do Piauí

incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

m) Executar o objeto em perfeitas condições, conforme proposta apresentada e exigências contidas no Edital e anexos.

n) Utilizar, bem como ofertar, ferramenta(s) de gerenciamento de projetos, conforme estabelecido no Item 8 deste Termo de Referência.

o) Corrigir as eventuais inconsistências em até 5 dias após comunicação, compreendendo substituições e correções necessárias durante o prazo de vigência do contrato, sem ônus para a contratante.

p) Responder, em até 2 dias as solicitações da CONTRATANTE, mediante telefone, e-mail ou site a serem fornecidos, para resolução de problemas e esclarecimento de dúvidas quando à prestação dos serviços.

q) Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários durante a execução dos serviços ainda que no recinto da Secretaria da Fazenda;

r) Atender prontamente qualquer exigência do representante da Secretaria da Fazenda inerente ao objeto do contrato;

s) Comunicar à Secretaria da Fazenda, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

t) Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à Contratante, inclusive o transporte;

u) Nomear e manter preposto durante toda a execução do contrato com poderes para intermediar assuntos relativos ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

v) Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando em ocorrência da espécie forem vítimas os seus em - pregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da Secretaria da Fazenda;



Secretaria da Fazenda
Governo do Estado do Piauí

w) Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, zelando sempre pelo seu bom desempenho, realizando os serviços ou entregando o objeto em conformidade com a proposta apresentada e nas orientações da contratante.

x) Não transferir a outrem a execução do objeto do contrato, no todo ou em parte, sem a prévia e expressa anuência da Secretaria da Fazenda;

y) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, existentes ao tempo da contratação ou por vir, resultantes da execução do contrato, salvo os fatos previstos pela teoria da imprevisão aludidos na legislação e doutrina administrativa.

9.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

a) Efetuar o(s) pagamento(s) da(s) Nota(s) Fiscal(ais)/Fatura(s) da contratada, após a comprovação da prestação dos serviços no prazo estabelecido no Edital.

b) Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato na forma estipulada pela Lei 8.666/93 e alterações.

c) Rejeitar o objeto quando não atender aos requisitos constantes nas especificações do Termo de Referência.

d) Indicar fiscal/comissão de recebimento, constituída por servidores da CONTRATANTE.

e) Notificar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

f) Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pelo contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, quem:



Secretaria da Fazenda
Governo do Estado do Piauí

10.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

10.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

10.1.5. Cometer fraude fiscal;

10.1.6. Não mantiver a proposta.

10.1.7. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame.

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

10.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

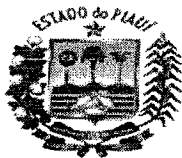
10.3. Multa moratória conforme descrito abaixo:

I – Até o vigésimo dia de atraso, aplicar-se-á o percentual de 0,2% ao dia sobre o valor da proposta ou da etapa a ser adimplida até a data do efetivo cumprimento.

II – Do vigésimo primeiro ao quadragésimo dia de atraso, aplicar-se-á o percentual de 0,3% ao dia sobre o valor da proposta ou da etapa a ser adimplida até a data do efetivo cumprimento.

III – Do quadragésimo primeiro ao sexagésimo dia de atraso, aplicar-se-á o percentual de 0,5% ao dia sobre o valor da proposta ou da etapa a ser adimplida até a data do efetivo cumprimento.

10.3.1. Multa compensatória de 20 % (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;



Secretaria da Fazenda
Governo do Estado do Piauí

10.3.2. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

10.3.3. Impedimento de licitar e contratar com a união com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

10.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

10.4. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

10.4.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

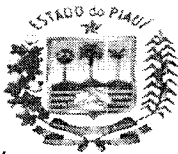
10.4.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.4.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



Secretaria da Fazenda
Governo do Estado do Piauí

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25%



Secretaria da Fazenda
Governo do Estado do Piauí

(vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Estado, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do ESTADO DO PIAUÍ.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Teresina - PI, 03 de Junho de 2016.


Rafael Taira Fonteles
Secretário da Fazenda
CONTRATANTE


Carlos Jacobino Lima
Diretor-Presidente
CONTRATADA

Testemunhas:


SECRETARIA DA FAZENDA
Paulo Sérgio Patricio de Lima
Matricula 03093-7

CPF:

CPF:



Pelo presente instrumento de mandato, **INELIT PROCESSOS INTELIGENTES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na SCRS, quadra 514, bloco c, entrada 49 - Sobreloja, Brasília - DF, CEP: 70.380-535, telefone (61) 3327-3777, fax (61) 3327-3707, e-mail contato@inelit.com.br, devidamente inscrita no CNPJ-MF sob o n.º 10.682.187/0001-04, e no CF/DF sob o n.º 07.517.481/001-80, neste ato representada nos termos do seu Estatuto Social, por seu sócio, **CARLOS JACOBINO**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade n.º 1730702 SSP/DF e CPF nº 899.412.251-68, residente e domiciliado em Brasília - DF, nomeia e constitui como seu procurador o Srº **ALEXANDRE DE SOUSA TRINDADE** brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade nº. 1199433990 SSP MA e CPF nº. 026.765.603-36, residente e domiciliado em Teresina - PI, a quem confere poderes para atuar em nome da outorgante em questões administrativas, especificamente, assinatura de contratos, requerendo ou defendendo os seus interesses em processos administrativos e fiscais, sendo vedado o substabelecimento. O prazo dessa procuração encerra-se em 25 de dezembro de 2015.

Podendo agir em nome do outorgante em repartições privadas, sendo vedado o substabelecimento.

Brasília – DF, 08 de dezembro de 2015.

Carlos Jacobino Lima
Presidente
INTELL PROCESSOS INTELIGENTES

PROCESSOS INTELIGENTES LTDA
Carlos Jacobino Lima
 Sócio-Diretor

2o. OFICIO DE NOTAS E PROTESTO
SRTV/SUL OD. 701 BL. 01 LJ 24 TERME
ED. ASSIS CHATEAUBRIAND - BRASILIA/DF
CNPJ/MF 00.618.421/0001-80
CE/DF 07.655.140/001-38

RECONHECO e dou fe' Por SEMELHANCA a(s)

firma(s) de:
CLERVTMOI-CARLOS JACOBINO LIMA.....

Em testemunho da verdade,
BRASILIA, 08 de Dezembro de 2012.
Asslo: TJOF720150020985000000EP

Para consultar acesse: www.tjofdf.jus.br
GODIANO BORGES TEIXEIRA - TABELADO
RAMILDO SIMES CORREA - TAB. SUBSTITUTO
ENRIQUES ALVES GOUVEIA - ESC. NOT. AUT.
PITA OLIDES R. PEREIRA - ESC. NOT. AUT.
MARIA VIGINTIA F.R.ANDRADE -
ESC.NOT.AUT.

www.intel.it.com.br



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE REPUBLICAÇÃO ADIAMENTO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2016 – SEFAZ

A Presidente da Comissão de Licitação da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí torna público que a Sessão da Concorrência Pública nº 02/2016 agendada para o dia 29/07/2016, **foi remarcada para o dia 01/08/2016**, conforme disposto a seguir:

Objeto: contratação de empresa para prestação de serviço de auditoria independente e serviços técnicos especializados para acompanhamento dos sorteios a serem realizados pela Loteria do Piauí e da Nota Fiscal Piauiense, com emissão de relatórios, conforme as especificações constantes do Anexo I - Projeto Básico e condições estabelecidas no Edital e seus demais anexos.

Tipo: Técnica e Preço.

Data de Abertura da Sessão: 01/08/2016, Horário: às 10:00h (horário local)

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: A Concorrência será realizada em Sessão Pública na sala de Reuniões da Comissão de Licitação da SEFAZ-PI, localizada Av. Pedro Freitas, S/N, Bloco C, térreo, Centro Administrativo, Secretaria da Fazenda, Teresina, Piauí.

Retirada do Edital: Av. Pedro Freitas, S/N, Bloco C, térreo, Centro Administrativo, Secretaria da Fazenda, Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação, mediante apresentação de CD ou pen-drive, ou através da *home page* da SEFAZ.

Maiores Informações: endereço acima ou pelo telefone: (86) 3216-9600, ramal 2301. Home page: www.sefaz.pi.gov.br/ E-mail: cpl@sefaz.pi.gov.br
Teresina (PI), 15 de junho de 2016.

Cyntya Tereza Sousa Santos
Presidente da CPL

Visto:
Rafael Tajra Fonteles
Secretário da Fazenda
Of. 234



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 036/2016

Contratante: Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí – SEFAZ-PI.

Contratado(a): INTELIT PROCESSOS INTELIGENTES LTDA
CNPJ/CPF: 10.682.187/0001-04

Objeto: O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de Apoio ao Gerenciamento de Projetos, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência e anexo do Edital.

Fundamentação: Processo Administrativo nº. 0066.000.06575/2015-4 e Parecer da Procuradoria Geral do Estado do Piauí PGE/PLC Nº. 406/2016.

Previsão Orçamentária: A despesa com a execução do presente Termo de Contrato está prevista na seguinte Dotação Orçamentária: Natureza da Despesa nº. 44903501, Classificação Funcional nº. 13116.04122902.008 e Fonte de Recurso nº. 0117000000.

Valor Total: R\$ 1.686.958,00

Data da Assinatura: 03/06/2016.

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO

Retificamos o Extrato de Publicação referente ao 3º Termo Aditivo ao Contrato nº. 014/2013, celebrado entre a Secretaria da Fazenda e o Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, cujo o objeto é a prestação de serviços de informática para manutenção do Sistema Integrado de Administração Financeira para os Estados e Municípios – SIAFEM, publicado no DOE nº. 82, de 03/05/2016.
Onde ler-se: Valor Total (R\$) 5.600,00 (Cinco mil e seiscentos reais);
leia-se: Valor Total R\$ 196.965,24 (Cento e noventa e seis mil, novecentos e sessenta e cinco reais e vinte e quatro centavos);
Onde ler-se: Vigência: 12 (doze) meses a contar de 24/07/2016; leia-se: 12 (doze) meses a contar de 02/04/2016.

Teresina (PI), 15 de junho de 2016.

Paulo Sérgio Patricio de Lima
Supervisor do Núcleo de Contratos – NUCON
Matrícula nº. 03093-7

Of. 016



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA



EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ÓRGÃO: MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 088/16 Processo MDER nº 0813/16

O Diretor Geral da Maternidade Dona Evangelina Rosa, Dr. JOSÉ ARAÚJO BRITO, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos quanto a presente publicação virem ou dela conhecimento tiverem, que decidiu Ratificar a dispensa por Inexigibilidade de Licitação nº 088/16:
OBJETO: Aquisição de Reagentes para Testes Imunohematológicos
EMPRESA: DIAMED LATINO AMERICAS S.A.
VALOR TOTAL: R\$ 53.206,96 (Cinquenta e três mil duzentos e seis reais e noventa e seis centavos).
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Dispensa de Licitação com fulcro no Artigo 25, I da Lei 8.666/93
FONTES DE RECURSO: SUS/113
JUSTIFICATIVA: Anexa nos autos do processo nº 0813/16-MDER

Teresina, 14 de junho de 2016.

JOSÉ ARAÚJO BRITO
Diretor Geral - MDER
Of. 373

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ÓRGÃO: MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0153/16 - PROCESSO Nº 0616/16
OBJETO: Serviço de Aferição de Balança
EMPRESA: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO
VALOR: R\$ 1.778,62 (Hum mil setecentos e setenta e oito reais e sessenta e dois centavos)
FUNDAMENTAÇÃO: Art. 24, VIII da Lei 8.666/93

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0154/16 - PROCESSO Nº 0654/16
OBJETO: Serviço de Aferição de Balança
EMPRESA: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO
VALOR: R\$ 702,81 (Setecentos e dois reais e oitenta e um centavos)
FUNDAMENTAÇÃO: Art. 24, VIII da Lei 8.666/93.

CLODOVEU DE SOUSA RIBEIRO
Coordenador de Licitação
CPF: 470.301.783-00

Of. 343

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ÓRGÃO: MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CONVÊNIO Nº 001/16
OBJETO: Estágio obrigatório do curso de Bacharelado em Enfermagem
CONVENIENTE: MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA
CONVENIADA: FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR MULTIPLO - IESM
FUNDAMENTAÇÃO: Portarias SESAPI/GAB 00440 e 00441; Lei 8.666/93

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0087/16 - PROCESSO Nº 0690/16
OBJETO: Serviço de Telefonia Fixa Referente Abril/16 – (86) 860 – 0112
EMPRESA: TELEMAR NORTE LESTE S/A
VALOR: R\$ 4.555,40 (Quatro mil e quinhentos e cinquenta e cinco reais e quarenta centavos).
FUNDAMENTAÇÃO: Art. 25, caput da Lei 8.666/93

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0156/16 - PROCESSO Nº 0414/16
OBJETO: Aquisição de Medicamentos (GANCICLOVIR 500MG)
EMPRESA: HALEX ISTAR INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA
VALOR: R\$ 3.000,00 (Três mil reais)
FUNDAMENTAÇÃO: Art. 24, IV da Lei 8.666/93.

CLODOVEU DE SOUSA RIBEIRO
Coordenador de Licitação
CPF: 470.301.783-00

Of. 340